

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

PANORAMA ECONÔMICO E PERSPECTIVAS ECONÔMICAS

O ano de 2014 foi marcado por uma intensa disputa pela Presidência da República que culminou com a reeleição do Governo anterior. Dentre os desafios a serem enfrentados pelo Governo reeleito estão o déficit nas contas externas e nas contas públicas, o ambiente de deteriorada confiança dos consumidores e empresários em meio a um contexto de baixo crescimento econômico e inflação que persiste em permanecer acima do teto da meta definida pelo Governo. Apesar do pífio crescimento econômico, o Banco Central iniciou uma política monetária restritiva, com aumentos na taxa básica de juros a partir de outubro de 2014. Do lado das contas públicas, algumas medidas com viés ortodoxo foram tomadas claramente com o objetivo de retomar a confiança dos investidores e fazer com que o risco de eventual *downgrade* do rating soberano não se materialize. A questão de apoio político para efetivação das medidas anunciadas (e aprovação de eventuais novas medidas) é uma variável chave a ser monitorada ao longo de 2015. Dado este cenário, não resta dúvida que 2015 vai ser um ano extremamente desafiador.

A EMPRESA

O Banco Fidis S/A, constituído sobre a forma de banco múltiplo (carteiras de crédito, financiamento e investimento, investimentos e arrendamento mercantil), tem como último acionista de referência a Fiat S.p.A., da Itália, e tem como missão suprir as necessidades financeiras das redes de concessionárias Fiat e Chrysler, notadamente por meio do financiamento dos estoques (*floor-plan*) e de linhas para capital de giro. Além do financiamento às concessionárias, o Banco Fidis oferece, através de sua Unidade de Negócio *Chrysler Group Financial Services*, linhas de crédito destinadas à aquisição dos produtos fabricados pela Chrysler (CDC, Leasing e financiamentos de capital fixo).

Em virtude da reorganização mundial das empresas FIAT e CNH Industrial iniciada em 2011, o Banco Fidis em conjunto com o Banco CNH Industrial Capital S/A e Iveco Latin America Ltda. celebraram contrato de cessão de direitos, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2014, no qual o Banco Fidis cedeu ao Banco CNHI o direito de financiar as operações da rede de concessionárias e clientes finais dos veículos da marca Iveco. Dessa forma, a partir de 01 de janeiro de 2014, o Banco CNHI assumiu as atividades da Unidade de Negócio *Iveco Capital*, a qual oferece linhas de crédito destinadas à aquisição dos produtos fabricados pela Iveco, ocorrendo em 01 de julho de 2014 a transferência para o Banco CNHI da carteira de crédito rotativo para aquisição de veículos pela rede de concessionários da Iveco (*floor plan*).

DESEMPENHO ECONÔMICO

A receita de intermediação financeira do Banco Fidis no exercício de 2014 foi de R\$609,5 milhões, um aumento de 20,83% em relação ao exercício de 2013, alavancada predominantemente pelo aumento significativo de 132,29% do resultado nas operações com títulos e valores mobiliários, devido ao maior volume das operações de investimento de curto prazo e aumento das taxas de juros ao longo do exercício de 2014.

O resultado antes da tributação sobre o lucro e participações em 2014 foi de R\$121,7 milhões, 134,22% maior do que o exercício anterior, incremento impactado substancialmente pelo menor volume de provisão para créditos de liquidação duvidosa, que reduziu 68,82% em 2014, bem como pelo resultado não recorrente originado pelo preço pago pelo Banco CNHI na aquisição da Unidade de Negócio *Iveco Capital*.

Como consequência, o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$79,1 milhões, superior em 108,36% em relação ao lucro líquido do exercício de 2013.

OUVIDORIA

No que tange ao Direito do Consumidor, o Banco Fidis, atendendo ao disposto na Resolução nº 3.849, do Conselho Monetário Nacional, implantou em 2007, sua Ouvidoria, que tem como função atuar como canal de comunicação entre a instituição e os clientes, e usuários de seus produtos e serviços, buscando solucionar as questões não resolvidas em outros canais do Banco, inclusive na mediação de conflitos, bem como propor ao Conselho de Administração e à Diretoria medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas.

GOVERNANÇA CORPORATIVA E CONTROLES INTERNOS

O Banco Fidis mantém uma estrutura de Governança Corporativa e Controles Internos aderente às exigências da Resolução nº 3.467 do Banco Central do Brasil. Na estrutura de Controles Internos destaca-se o Comitê de Controles Internos, onde participam, entre outros, a área de *Compliance*, Auditoria Interna e Diretoria.

A estrutura de Governança abrange as áreas de *Compliance*, Controles Internos e Auditoria Interna do Banco Fidis, Auditoria Interna do Grupo FCA, Risco Operacional e tratativas de Prevenção a Crimes de Lavagem de Dinheiro, conforme Circular nº 3.461.

Seguindo os padrões adotados pelo Grupo FCA, o Banco Fidis efetua anualmente avaliações de riscos e testes de controles ICFR (*Internal Control Over Financial Reporting*), objetivando garantir os processos de Contabilidade e *Reporting*.

AGRADECIMENTOS

O Banco Fidis agradece a todos os colaboradores, clientes, fornecedores e parceiros pelo empenho e confiança demonstrados no transcorrer do exercício.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Notas	31.12.14		31.12.13		PASSIVO	Notas	31.12.14		31.12.13	
		31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13			31.12.14	31.12.13		
Circulante		4.441.068	4.763.863	Circulante		2.756.882	2.256.955	Depósitos	9	1.484.182	1.085.820
Disponibilidades		1.328	3.047	Depósitos a prazo		1.298.700	923.653	Depósitos interfinanceiros		185.482	162.167
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	364.888	157.714	Obrigação por recursos de letras financeiras	9	702.725	672.194	Obrigações por empréstimo no exterior	9	98.114	-
Aplicações no mercado aberto		364.888	157.714	Letras financeiras		702.725	672.194	Obrigações por empréstimo no exterior		98.114	-
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5	947	82.648	Obrigações por repasses do País - instituições oficiais	10	366.289	442.057	Instrumentos financeiros derivativos	5.c)	8.837	2.938
Carteira própria		-	82.532	Finame		366.289	442.057	Instrumentos financeiros derivativos		8.837	2.938
Diferencial a receber	5.c)	947	116	Outras obrigações		96.735	53.946	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		6.958	2.677
Operações de crédito	6	3.918.296	4.362.976	Negociação e intermediação de valores		6.958	2.677	Sociais e estatutárias	15.d)	21.304	9.923
Operações de crédito - setor privado		4.010.127	4.475.158	Fiscais e previdenciárias	13.a)	25.434	27.870	Diversas	13.b)	42.996	13.277
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.d)	(91.831)	(112.182)	Exigível a Longo Prazo		2.059.413	3.110.475	Depósitos	9	1.277.956	1.669.650
Operações de arrendamento mercantil	8	(261)	(1.450)	Depósitos a prazo		1.177.908	1.669.650	Depósitos interfinanceiros		100.048	-
Arrendamentos a receber		1.703	5.503	Obrigação por recursos de letras financeiras	9	269.444	630.596	Obrigações por repasses do País - instituições oficiais	10	483.450	775.160
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber		(1.599)	(5.332)	Finame		483.450	775.160	Instrumentos financeiros derivativos	5.c)	255	4.459
Provisão para créditos de arrendamentos a receber de liquidação duvidosa	6.d)	(365)	(1.621)	Outras obrigações		28.308	30.610	Fiscais e previdenciárias	13.a)	17.979	19.425
Outros créditos	7	112.307	144.656	Fiscais e previdenciárias	13.a)	17.979	19.425	Diversas	13.b)	10.329	11.185
Rendas a receber		1.397	2.595	Resultado de Exercícios Futuros	14	11.091	40.253	Resultado de Exercícios Futuros		11.091	40.253
Diversos		110.910	142.061	Patrimônio Líquido	15	552.045	523.583	Capital		473.669	473.669
Outros valores e bens		43.563	14.272	De domiciliados no País		118.417	118.417	De domiciliados no Exterior		355.252	355.252
Outros valores e bens		43.335	14.065	Aumento de capital		7.000	-	De domiciliados no País		1.750	-
Despesas antecipadas		228	207	De domiciliados no Exterior		5.250	-	Reserva de lucros		70.744	48.055
Realizável a Longo Prazo		927.090	1.151.132	Ajuste de avaliação patrimonial	5.d)	632	1.859	Ajuste de avaliação patrimonial	5.d)	632	1.859
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5	99.295	11.162	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		5.379.431	5.931.266				
Carteira própria		96.597	8.206								
Diferencial a receber	5.c)	2.091	2.388								
Cotas de fundos de investimentos		607	569								
Operações de crédito	6	717.432	1.006.501								
Operações de crédito - setor privado		752.742	1.061.253								
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.d)	(35.310)	(54.752)								
Operações de arrendamento mercantil	8	(4)	(94)								
Arrendamentos a receber		755	1.815								
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber		(755)	(1.815)								
Provisão para créditos de arrendamentos a receber de liquidação duvidosa	6.d)	(4)	(94)								
Outros créditos	7	110.367	133.562								
Diversos		110.367	133.562								
Permanente		11.273	16.271								
Imobilizado de uso		2.404	3.315								
Outras imobilizações de uso		4.258	5.066								
Depreciação acumulada		(1.854)	(1.751)								
Imobilizado de arrendamento	8	3.931	8.942								
Bens arrendados		10.661	20.823								
Depreciação acumulada		(9.789)	(19.290)								
Superveniência de depreciação		3.059	7.409								
Diferido		170	654								
Gastos pré-operacionais		2.372	2.372								
Amortização acumulada		(2.221)	(1.766)								
Perdas em arrendamentos a amortizar		147	120								
Amortização perdas diferidas		(128)	(72)								
Intangível		4.768	3.360								
Ativos intangíveis		6.045	4.078								
Amortização acumulada		(1.277)	(718)								
Total do Ativo		5.379.431	5.931.266	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		5.379.431	5.931.266				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 E O SEGUNDO SEMESTRE DE 2014

(Em milhares de reais - R\$)

	Notas	Capital social		Reserva de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados		Total
		2014	2013	2014	2013		2014	2013	
Saldo em 31 de Dezembro de 2012		428.660	20.043	7.000	24.966	14.729	-	-	492.569
Aumento de capital	15.a)	-	-	7.000	24.966	14.729	-	-	-
Ações Ordinárias - País		11.252	(5.011)	-	(6.241)	-	-	-	-
Ações Ordinárias - Exterior		33.757	(15.032)	-	(18.725)	-	-	-	-
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos		-	-	-	-	4.688	-	4.688	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	38.000	38.000	-
Destinação do lucro		-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	15.b)	-	-	-	-	1.900	(1.900)	-	-
Juros sobre capital próprio	15.d)	-	-	-	-	-	(11.674)	(11.674)	-
Reserva especial de lucros	15.d)	-	-	-	24.426	-	(24.426)	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2013		473.669	7.000	7.000	24.426	16.629	1.859	523.583	
Aumento de capital	15.c)	-	-	7.000	24.426	16.629	-	-	-
Ações Ordinárias - País		-	1.750	(1.750)	-	-	-	-	-
Ações Ordinárias - Exterior		-	5.250	(5.250)	-	-	-	-	-
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos		-	-	-	-	-	(1.227)	(1.227)	-
Distribuição de dividendos	15.d)	-	-	-	(24.426)	-	-	(24.426)	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	79.178	79.178	-
Destinação do lucro		-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	15.b)	-	-	-	-	3.959	(3.959)	-	-
Juros sobre capital próprio	15.d)	-	-	-	-	-	(25.063)	(25.063)	-
Reserva especial de lucros	15.d)	-	-	-	50.156	-	(50.156)	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2014		473.669	7.000	7.000	50.156	20.588	632	552.045	
Saldo em 30 de Junho de 2014		473.669	7.000	7.000	50.156	18.422	1.171	34.084	534.346
Aumento de capital	15.c)	-	-	7.000	50.156	18.422	-	-	-
Ações Ordinárias - País		-	1.750	(1.750)	-	-	-	-	-
Ações Ordinárias - Exterior		-	5.250	(5.250)	-	-	-	-	-
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos		-	-	-	-	-	(539)	(539)	-
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	43.301	43.301	-
Destinação do lucro		-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	15.b)	-	-	-	-	2.166	(2.166)	-	-
Juros sobre capital próprio	15.d)	-	-	-	-	-	(25.063)	(25.063)	-
Reserva especial de lucros	15.d)	-	-	-	50.156	-	(50.156)	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2014		473.669	7.000	7.000	50.156	20.588	632	552.045	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 E O SEGUNDO SEMESTRE DE 2014

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Contexto Operacional
O Banco Fidis S.A. ("Banco") é um banco múltiplo autorizado a operar com as carteiras comercial, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras
As demonstrações financeiras do Banco foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN, subsidiárias no Plano Contábil das Instituições Financeiras - COSIF, bem como os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, após referendados pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil - BC/B. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi homologada pelo BC/B. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BC/B:

- CPC 01 (R1) - Redução do valor recuperável de ativo - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- CPC 24 - Evento subsequente - homologado pela Resolução BC/B nº 3.973/11;
- CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09 e pronunciamento conceitual básico (R1) - homologado pela Resolução BC/B nº 4.144/12.

Não é possível estimar quando o BC/B irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de natureza prospectiva ou retrospectiva. As demonstrações financeiras incluem estimativas, tais como: mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões para riscos; perdas por redução do valor recuperável de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos disponíveis para venda; títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros e a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações financeiras e informações financeiras trimestrais do Banco foram aprovadas pela Diretoria em 27 de fevereiro de 2015.

3. Principais Práticas Contábeis
a) Resultado das operações - As receitas e despesas são registradas em observância ao regime de competência.
b) Caixa e equivalentes de caixa - São representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações no mercado aberto, cujo vencimento, na data da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, e são utilizados pelo Banco no gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Os saldos no final dos semestres são o seguinte:

	31.12.14	31.12.13
Caixa e saldo em bancos	1.328	3.047
Aplicações interfinanceiras de liquidez	364.888	157.714
Numerário em trânsito (*)	42.900	78.490
Total	409.120	239.241

(*) Refere-se ao recebimento no último dia útil do mês de dezembro de valores de operações de crédito, cujos recursos ficaram disponíveis para o Banco em D+1. No balanço é demonstrado na rubrica "Outros créditos", conforme nota explicativa nº 7, em conformidade com a estrutura de apresentação do COSIF para operações dessa natureza.

c) Ativos circulante e longo prazo - São demonstrados pelos valores originais, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, em base "pro rata die", deduzidos das correspondentes rendas a apropriar e provisão para perdas, quando aplicável.

d) Títulos e valores mobiliários - Para registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários, o Banco adota os critérios determinados pela Circular nº 3.068/01, do Banco Central do Brasil. De acordo com esses critérios, os títulos e valores mobiliários mantidos pelo Banco estão sendo classificados e avaliados na categoria de títulos disponíveis para venda. Esses títulos são registrados ao valor de custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são ajustados no resultado e são ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, denominada ajuste de avaliação patrimonial, líquidos dos efeitos tributários.

e) Instrumentos financeiros derivativos - São classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da administração em utilizá-los como instrumento de proteção (hedge) ou não, conforme a Circular nº 3.082/02, do Banco Central do Brasil. Os derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros que sejam altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, são classificados como hedge de acordo com a sua natureza, a saber:

Hedge de Risco de Mercado - Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros derivativos são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Hedge de Fluxo de Caixa - A parcela dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados a operações, é contabilizada pelo valor de mercado com os ganhos e perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários. O ajuste a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivos itens objeto de hedge é reconhecido em conta específica do patrimônio líquido, quando efetivos. A parcela não efetiva do hedge, quando aplicável, é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

f) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa - As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.662/99, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo - perda).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nesta classificação por no mínimo seis meses. As operações classificadas contra a provisão existente passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente a renegociação. O **imposto de renda e contribuição social** - Está calculado levando em consideração a legislação fiscal em vigor. A provisão para o imposto de renda foi calculada à alíquota de 15% sobre os lucros tributáveis, acrescidos de adicional de 10% acima de limites específicos. Os provisões para a contribuição social foi calculada à alíquota de 15% do lucro tributável antes do imposto de renda, ajustado conforme legislação específica. O Banco também reconhece créditos tributários de imposto de renda e contribuição social que são calculados sobre as diferenças intertemporais, bem como sobre prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, na medida em que há expectativa de sua realização, calculados pelas alíquotas vigentes à época dos balanços.

h) Imobilizado de uso - É demonstrado ao custo, depreciado pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais que contemplam a vida útil dos bens: 10% para móveis e utensílios e 20% para o sistema de processamento de dados e veículos.

Arrendamento mercantil - As depreciações sobre os bens arrendados são contabilizadas mensalmente de forma linear com base nos respectivos prazos usuais de vida útil. Os valores residuais garantidos são registrados na rubrica "valores residuais a realizar", tendo como contrapartida a conta de "valores residuais a balancear", no grupo de operações de arrendamento mercantil. Conforme diretrizes estabelecidas pelo BC/B, o Banco ajusta suas demonstrações financeiras pela diferença apontada entre o valor contábil do arrendamento a receber, imobilizado de arrendamento, valores residuais recebidos antecipadamente e o valor presente da sua carteira de arrendamento mercantil, calculado pelas respectivas taxas internas de retorno de cada contrato, como superavaliação ou insuficiência de depreciação, no imobilizado de arrendamento. Os ajustes são contabilizados, de forma positiva, a crédito de receitas de operações de arrendamento mercantil e, quando negativos, a débito de despesas de operações de arrendamento mercantil, em contrapartida ao imobilizado de arrendamento.

i) Depósitos, letras financeiras, empréstimos e obrigações por repasses - São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos e variações cambiais exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata die".

Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando existem garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando existentes, são divulgados nas demonstrações financeiras. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os processos relacionados a obrigações legais tributárias ou previdenciárias, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, independentemente da avaliação da probabilidade de êxito.

k) Demais passivos circulante e exigível a longo prazo - São demonstrados por valores contábeis ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os correspondentes encargos e as variações monetárias incorridos com base "pro rata die".

Lucro por ação - Calculado com base no número de ações em circulação na data dos balanços.

4. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	31.12.14	31.12.13
Compromissadas - Carteira própria:		
LTN - Letras do Tesouro Nacional	364.888	117.899
NTN - Fluxo do Tesouro Nacional	-	39.815
Total carteira própria	364.888	157.714

5. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos
a) Títulos e valores mobiliários - composição por classificação contábil e avaliação ao valor de mercado:

Títulos disponíveis para venda	31.12.14			31.12.13		
	Custo corrigido	Valor de mercado	Ajuste ao valor de mercado	Custo corrigido	Valor de mercado	Ajuste ao valor de mercado
Livres:						
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	96.643	96.597	(46)	90.720	90.738	18
Total	96.643	96.597	(46)	90.720	90.738	18

O valor de mercado dos títulos foi apurado com base nas cotações de preços do mercado organizado pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais na data dos balanços.

b) Títulos e valores mobiliários - composição por prazo de vencimento:

Títulos disponíveis para venda	31.12.14				
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Circulante
31.12.14	96.597	-	-	96.597	96.597
31.12.13	82.532	-	8.206	90.738	82.532

c) Instrumentos financeiros derivativos (Swap):

	31.12.14	31.12.13
Contratos de swaps		
Ativo DI x Passivo Pré	1.780	2.351
Ativo Dólar x Passivo DI	(2.025)	(3.272)
Hedge - Fluxo de caixa	189.700	1.099
Ativo Pré x Passivo DI (*)	222.000	(4.557)
Hedge - Risco de mercado	417.700	(6.054)
Passivo circulante	(8.837)	-
Exigível a longo prazo	(255)	-
Ativo circulante	917	2.091
Realizável a longo prazo	-	-

(*) Instrumento financeiro classificado como hedge de risco de mercado, tendo a variação da marcação de mercado contabilizada diretamente no resultado do exercício.

O valor líquido estimado dos ganhos e das perdas registradas na conta da reserva do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos no valor líquido estimado dos ganhos e das perdas registradas na conta da reserva do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e compromissos futuros objeto de hedge possuem as seguintes faixas de vencimento:

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Reserva do valor justo dos instrumentos financeiros:				
31.12.14	146	1.563	-	1.709
31.12.13	448	2.916	-	3.080

Transações e compromissos futuros objeto de hedge:

	31.12.14	31.12.13
31.12.14	315.630	20.686
31.12.13	369.036	244.529

O Banco tem como política a utilização de instrumentos financeiros derivativos, única e exclusivamente, com o intuito de hedge. Segundo as práticas de mercado, o Banco capta recursos a taxas pré-fixadas, pós-fixadas e em moeda estrangeira e as aplica, em parte, a taxas pré-fixadas. Com o objetivo de mitigar as variações nos fluxos de caixa futuro associados aos passivos pós-fixados e sujeitos à variação cambial, o Banco contratou operações de Swap de Taxas de Juros e de Taxas de Câmbio. Dessa forma, os instrumentos financeiros derivativos relativos às operações de "swap" visam realizar o "matching" da carteira, imunizando o custo e o resultado econômico contra variações inesperadas no custo das instrumentações.

A efetividade do item objeto de hedge em relação ao instrumento financeiro derivativo é testada prospectivamente e retrospectivamente, sendo que a parcela não efetiva, quando aplicável, é apropriada diretamente ao resultado. Os instrumentos derivativos financeiros são marcados a mercado diariamente e por ocasião do fechamento dos balanços mensais.

Os contratos de risco e exposição utilizados como instrumento a análise de "duration gap" e "e" e o "V@R" ("value at risk"). Quando o gap ultrapassa os limites definidos na Política de Gestão de Risco de Taxas de Juros adotada pelas empresas do Grupo Fiat, novas operações de derivativos são contratadas e/ou revertidas. O acompanhamento sobre os indexadores e seus volumes é realizado diariamente, visando enquadramento na política de risco de mercado adotado pelo Banco.

Movimentações da reserva do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e dos títulos e valores mobiliários:
A seguir são apresentadas as movimentações da reserva do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, classificados como hedge de fluxo de caixa, e dos títulos e valores mobiliários constituída no patrimônio líquido:

	Notas	Instrumentos financeiros	Títulos e valores mobiliários	Total
Saldo da reserva do valor justo no início do exercício		3.080	18	3.098
Perdas apropriadas no resultado do exercício (*)		(879)	-	(879)
Variações do valor justo no patrimônio líquido		(1.102)	(64)	(1.166)
Saldo da reserva do valor justo no final do exercício	7.1	6.099	(46)	6.053
Ganhos de imposto de renda e contribuição social		1.440	18	1.458
Ajuste de avaliação patrimonial		1.529	(28)	1.501
Total		31.12.13	31.12.13	31.12.13

Saldo da reserva do valor justo no início do exercício

Perdas apropriadas no resultado do exercício (*)

Variações do valor justo no patrimônio líquido

Saldo da reserva do valor justo no final do exercício

Ganhos de imposto de renda e contribuição social

Ajuste de avaliação patrimonial

Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa
Carteira de créditos:

	Notas	31.12.14	31.12.13
Empréstimos e títulos descontados		441.622	426.618
Financiamentos		4.321.247	5.109.793
Total		4.762.869	5.536.411

Operações de arrendamento mercantil

Operações de crédito - Circulante

Operações de crédito - Realizável a longo prazo

Operações de arrendamento mercantil

Composição da carteira de créditos por prazo de vencimento:

	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
Vencidos				
Até 15 dias	1.598	9.425	0,03	0,17
De 15 a 60 dias	11.498	10.190	0,24	0,18
De 61 a 180 dias	10.688	15.542	0,22	0,26
De 181 a 365 dias	11.152	14.659	0,23	0,26
Acima de 365 dias	9.770	13.681	0,21	0,25
Total	44.706	63.501	0,94	1,15

Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa - As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.662/99, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo - perda).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nesta classificação por no mínimo seis meses. As operações classificadas contra a provisão existente passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente a renegociação. O **imposto de renda e contribuição social** - Está calculado levando em consideração a legislação fiscal em vigor. A provisão para o imposto de renda foi calculada à alíquota de 15% sobre os lucros tributáveis, acrescidos de adicional de 10% acima de limites específicos. Os provisões para a contribuição social foi calculada à alíquota de 15% do lucro tributável antes do imposto de renda, ajustado conforme legislação específica. O Banco também reconhece créditos tributários de imposto de renda e contribuição social que são calculados sobre as diferenças intertemporais, bem como sobre prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, na medida em que há expectativa de sua realização, calculados pelas alíquotas vigentes à época dos balanços.

h) Imobilizado de uso - É demonstrado ao custo, depreciado pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais que contemplam a vida útil dos bens: 10% para móveis e utensílios e 20% para o sistema de processamento de dados e veículos.

Arrendamento mercantil - As depreciações sobre os bens arrendados são contabilizadas mensalmente de forma linear com base nos respectivos prazos usuais de vida útil. Os valores residuais garantidos são registrados na rubrica "valores residuais a realizar", tendo como contrapartida a conta de "valores residuais a balancear", no grupo de operações de arrendamento mercantil. Conforme diretrizes estabelecidas pelo BC/B, o Banco ajusta suas demonstrações financeiras pela diferença apontada entre o valor contábil do arrendamento a receber, imobilizado de arrendamento, valores residuais recebidos antecipadamente e o valor presente da sua carteira de arrendamento mercantil, calculado pelas respectivas taxas internas de retorno de cada contrato, como superavaliação ou insuficiência de depreciação, no imobilizado de arrendamento. Os ajustes são contabilizados, de forma positiva, a crédito de receitas de operações de arrendamento mercantil e, quando negativos, a débito de despesas de operações de arrendamento mercantil, em contrapartida ao imobilizado de arrendamento.

i) Depósitos, letras financeiras, empréstimos e obrigações por repasses - São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos e variações cambiais exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata die".

Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando existem garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando existentes, são divulgados nas demonstrações financeiras. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os processos relacionados a obrigações legais tributárias ou previdenciárias, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, independentemente da avaliação da probabilidade de êxito.

k) Demais passivos circulante e exigível a longo prazo - São demonstrados por valores contábeis ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os correspondentes encargos e as variações monetárias incorridos com base "pro rata die".

Lucro por ação - Calculado com base no número de ações em circulação na data dos balanços.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

IR e CS diferidos ativos refletidos no resultado
Provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Notas	31.12.12	Constituição	Realização	31.12.13
Provisão para riscos fiscais	6.d)	47.687	30.089	(10.316)	67.460
Provisão para riscos fiscais	13.a)	6.377	160	(2.375)	4.162
Provisão para riscos fiscais	13.b)	2.616	-	(976)	2.540
Provisão para riscos trabalhistas	13.b)	999	(30)	-	969
Atualização de depósitos judiciais		(36)	(62)	-	(98)
Diferimento rebates		4.817	10.113	(8.309)	6.621
Outros		740	1.027	-	1.481
Total		63.200	41.377	(21.442)	83.135

Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social IR e CS diferidos ativos refletidos no patrimônio líquido

	Notas	31.12.12	Constituição	Realização	31.12.13
Ajuste a valor de mercado - Derivativos	5.d)	1.987	-	(1.937)	-
Ajuste a valor de mercado - TVM	5.d)	161	-	(51)	-
Total		2.148	-	(1.988)	-

Total de IR e CS diferidos ativos IR e CS diferidos passivos refletidos no resultado

	Notas	31.12.12	Constituição	Realização	31.12.13
Superavaliação de depreciação	(3.507)	-	-	1.493	(2.014)
Total de IR e CS diferidos passivos refletidos no patrimônio líquido		120.725	41.377	(34.638)	127.514

Total de IR e CS diferidos passivos

Total de IR e CS diferidos passivos ativos, líquido do passivo

Diferenças temporárias

	Notas	31.12.12	Constituição	Realização	31.12.13
2015		38.802	(4.558)	34.244	30.643
2016		17.201	6.345	23.546	18.855
2017		4.922	10.363	15.285	10.953
2018		1.341	12.355	13.696	8.782
2019		29	9.301	9.309	5.35

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Provisão para riscos cíveis e trabalhistas: o Banco está respondendo a diversas ações de natureza cível e trabalhista, para as quais, de acordo com a avaliação de sua Administração e de seus assessores jurídicos, foram constituídas provisões no montante de R\$8.619 em 31 de dezembro de 2014 (R\$8.771 em 31 de dezembro de 2013) para fazer face a eventuais desfechos desfavoráveis decorrentes dessas ações.

As movimentações das provisões cível e trabalhista nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 são como segue:

Provisão para riscos	2014			
	31.12.13	Constituição	Reversão	31.12.14
Cíveis	6.349	50 (*)	(295)	6.104
Trabalhistas	2.422	175	(82)	2.515
Total	8.771	225	(377)	8.619

(*) Os reflexos no resultado das movimentações dos valores relativos às provisões cíveis e trabalhistas (constituições e reversões) são apresentadas como "outras receitas operacionais" (Nota 16.b) ou como "outras despesas operacionais" (Nota 16.c) em função da apuração do resultado líquido de tais movimentações. Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, devido a decisões judiciais desfavoráveis, o Banco efetuou o pagamento de processos cíveis e trabalhistas, complementando os valores anteriormente provisionados, nos montantes de R\$282 e R\$3, respectivamente, sendo que tais complementos não transitam pelas contas de provisão.

Provisão para riscos	2013			
	31.12.12	Constituição	Reversão	31.12.13
Cíveis	6.541	- (*)	(192)	6.349
Trabalhistas	2.498	-	(76)	2.422
Total	9.039	-	(268)	8.771

(*) Os reflexos no resultado das movimentações dos valores relativos às provisões cíveis e trabalhistas (constituições e reversões) são apresentadas como "outras receitas operacionais" (Nota 16.b) ou como "outras despesas operacionais" (Nota 16.c) em função da apuração do resultado líquido de tais movimentações. Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, devido a decisões judiciais desfavoráveis, o Banco efetuou o pagamento de processos cíveis e trabalhistas, complementando os valores anteriormente provisionados, nos montantes de R\$412 e R\$170, respectivamente, sendo que tais complementos não transitam pelas contas de provisão.

Os montantes de riscos cíveis e trabalhistas classificados como possíveis, não reconhecidos nas demonstrações financeiras conforme preconizam as práticas contábeis adotadas no Brasil, montam em R\$10.942 em 31 de dezembro de 2014 (R\$11.164 em 31 de dezembro de 2013).

14. Resultado de Exercícios Futuros

	Notas	31.12.14	31.12.13
Diferimento de rendas antecipadas		11.091	16.553
Goodwill - Banco CNHI	11	-	23.700
Total		11.091	40.253

Diferimento de rendas antecipadas: refere-se às rendas antecipadas de operações de crédito pré-fixadas, sobre as quais não há quaisquer provisões de Banco Fidis e cuja apuração, como renda efetiva, depende apenas da fluência dos prazos dos respectivos contratos. Goodwill - Banco CNHI Capital: em 30 de dezembro de 2013, foi celebrado um contrato entre o Banco e as empresas ligadas Banco CNHI Capital S/A e Iveco Latin America Ltda., nominado "Instrumento Particular de Cessão de Contratos, Direitos e Obrigações", no qual estabelece que o Banco cede ao Banco CNHI, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2014, o direito de financiar as operações da rede de concessionárias e clientes finais do Grupo Iveco, em virtude de uma reorganização mundial das empresas do conglomerado FIAT/CNHI.

A partir de 01 de janeiro de 2014, os novos contratos de financiamentos (CDC / Finame / Leasing) para aquisição de bens de fabricação da Iveco pelos clientes finais da marca passaram a ser realizados pelo Banco CNHI e o financiamento rotativo dos concessionários da rede Iveco (sistema *Floor Plan*) a partir do segundo semestre de 2014.

Como essas operações estavam sendo desenvolvidas pelo Banco em parceria com a Iveco, regimentada por contratos específicos, o Banco transfere onerosamente alguns ativos para o Banco CNHI, envolvendo funcionários, know-how, sistemas e outros que fazem parte do negócio de financiamento dos produtos da Iveco. Portanto, o goodwill baseou-se, essencialmente, nos bens incorpóreos relativos à venda do direito relacionado à comercialização de produtos Iveco para a rede de concessionários e respectivos clientes finais.

O preço acordado entre as partes no montante de R\$23.700 foi efetivamente pago ao Banco na mesma data da assinatura do contrato. Como todas as obrigações e direitos decorrentes do referido contrato começaram a vigorar a partir de janeiro de 2014, a competência contábil para reconhecimento da receita, no resultado não operacional, foi o exercício de 2014.

Todas as operações originadas até o exercício de 2013 para os clientes finais dos veículos Iveco permanecerão registradas no Banco até a liquidação final pelos clientes e a carteira de crédito rotativo para aquisição de veículos pela rede de concessionários da Iveco (*floor plan*) foi transferida integralmente para o Banco CNHI em 01 de julho de 2014 pelo exato valor contabilizado em 30 de junho de 2014 no montante de R\$417.484.

15. Patrimônio Líquido
a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social totalmente subscrito e integralizado é representado por 647.391.175 ações ordinárias nominativas no valor de R\$0,731658472 cada.

O capital social, em 31 de dezembro de 2014, é assim composto:

Acionistas	Quantidade ações ordinárias	Capital social em R\$	%
Fidis S.p.A.	485.543.378	355.251.926,04	75,00
Fiat Automóveis S.A.	161.847.792	118.417.308,19	25,00
Outros (*)	5	3,66	0,00
	647.391.175	473.669.237,89	100,00

(*) Refere-se a ações detidas pelos membros eleitos do Conselho de Administração.

Em 18 de março de 2013, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ratificou a deliberação de aumento de capital feito pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de dezembro de 2012, através da absorção dos juros sobre capital próprio e da reserva especial de lucros, ambos relativos ao exercício de 2012, nos montantes de R\$20.043 e R\$24.966, respectivamente. Em 06 de novembro de 2013, o Banco Central também aprovou a ata da referida Assembleia, passando a emissão do capital social de R\$428.660 para R\$473.669 com emissão de novas ações.

b) Reserva Legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido até o limite de 20% do capital social, conforme regulamentação da Lei nº 6.404/76 e posteriores alterações.

c) Reserva de Expansão

Em conformidade com o Artigo 196, da Lei nº 6.404/76, em 2009, o Banco constituiu reserva de expansão com o objetivo de reter parcela do lucro líquido do exercício reservada em orçamento de capital.

Em 22 de dezembro de 2014, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou aumento de capital através da absorção da reserva de expansão no montante de R\$7.000. A efetivação do aumento do valor do capital social, com a consequente alteração da quantidade de ações, ocorrerá somente após aprovação pelo Banco Central.

d) Destinação do resultado

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo anual de 50% do lucro líquido do exercício calculado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, deduzido da reserva legal.

Em 20 de dezembro de 2013, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o pagamento aos acionistas de juros sobre capital próprio relativo ao exercício de 2013 no montante bruto de R\$11.674 (R\$9.923 líquido do imposto de renda retido na fonte) bem como pela destinação do lucro líquido do exercício de 2013, após dedução da reserva legal, para a conta de reserva especial de lucros no montante de R\$24.426.

Em 02 de abril de 2014, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ratificou a deliberação de pagamento aos acionistas de juros sobre capital próprio relativo ao exercício de 2013 no montante bruto de R\$11.674 (R\$9.923 líquido do imposto de renda retido na fonte), bem como deliberou também pela distribuição aos acionistas do lucro líquido de 2013 retido na rubrica reserva especial de lucros no montante de R\$24.426.

Em 22 de dezembro de 2014, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o pagamento aos acionistas de juros sobre capital próprio relativo ao exercício de 2014 no montante bruto de R\$25.063 (R\$21.304 líquido do imposto de renda retido na fonte) bem como pela destinação do lucro líquido do exercício de 2014, após dedução da reserva legal, para a conta de reserva especial de lucros no montante de R\$50.156.

16. Outras Informações
a) Outras despesas administrativas:

	Notas	2º semestre/14	31.12.14	31.12.13
Consultoria jurídica		(589)	(862)	
Consultoria financeira - Fiat Finanças	11	(1.046)	(5.905)	(5.595)
Suporte e gestão - Fiat do Brasil	11	(188)	(410)	(976)
Serviços inspetoria - Floor Plan		(268)	(800)	(881)
Serviços de gestão documental e TI		-	(58)	(849)
Desenvolvimento e manutenção de sistemas		(3.483)	(6.481)	(6.702)
Serviços de correspondente no país		(175)	(1.019)	(2.770)
Serviços de cobrança		(5.763)	(8.932)	(9.355)
Serviços de cobrança - Banco CNHI	11	(13.709)	(15.464)	-
Despesas de alugueis		(396)	(757)	(967)
Despesas de comunicação		(341)	(694)	(1.159)
Despesas de cadastro / relacionamento com cliente		(885)	(1.577)	(2.883)
Despesas com sistema financeiro		(1.211)	(2.863)	(1.451)
Despesas de viagens		(346)	(644)	(1.026)
Despesas com promoção e relações públicas		(1.473)	(1.570)	(1.514)
Outras despesas administrativas		(5.461)	(7.568)	(6.984)
Total		(35.334)	(55.798)	(43.974)

b) Outras receitas operacionais:

Notas	2º semestre/14	31.12.14	31.12.13
13.a)	-	-	6.456
Recuperação de provisão para riscos fiscais	15	62	255
Recuperação de despesas diversas	7.033	10.639	8.318
Atualização de gastos judiciais	153	251	156
Recuperação de despesas fundo garantidor de crédito	1.197	2.504	2.540
Atualização impostos a compensar	12	12	37
Varição cambial Hedge	1.921	1.921	-
Outras rendas operacionais	315	1.284	288
Total	10.646	16.673	18.050

c) Outras despesas operacionais:

Notas	2º semestre/14	31.12.14	31.12.13
13.b)	16	(37)	(220)
13.b)	(93)	(96)	(94)
Despesas de riscos cíveis	-	(1.228)	-
Depósitos de riscos trabalhistas	-	(200)	-
Depósitos judiciais cíveis e trabalhistas	13.b)	(620)	(620)
Encargos financeiros sobre transferência ativo financeiro	(68)	(90)	(4.143)
Amortização perdas diferidas de arrendamento mercantil	13.a)	(268)	(514)
Atualização monetária sobre provisões para riscos fiscais	(898)	(898)	(1.136)
Provisão para perdas na realização de ativos	-	(6)	(16)
Juros sobre impostos	11	(3.000)	(6.000)
Campanha comercial Fiat Automóveis	(1.947)	(3.737)	(7.041)
Despesas processuais de cobrança	954	(90)	(754)
Outras despesas operacionais	(5.924)	(13.316)	(19.804)

d) Conforme disposto na Resolução nº 4.193/13 do Conselho Monetário Nacional e disposições complementares, as instituições financeiras devem manter permanentemente montantes de patrimônio de referência (PR), estruturado em nível I, nível II e capital principal, em valores superiores aos requerimentos mínimos estabelecidos na referida resolução. Em 31 de dezembro de 2014, o índice de basileia era de 16,07% (13,12% em 31 de dezembro de 2013), sendo o índice mínimo exigido pela referida resolução de 11%.

O índice da Basileia e as exigibilidades do patrimônio líquido podem ser assim demonstrados:

	Basileia III	
	31.12.14	31.12.13
Capital social	480.669	473.669
Reservas de lucros	70.744	48.055
Ajustes ao valor de mercado de derivativos/TVM	632	1.859
Ajustes prudenciais no capital principal	(7.899)	(655)
Total capital principal	544.146	522.928
Patrimônio de referência - nível I	544.146	522.928
Patrimônio de referência - nível II	-	-
(a) Patrimônio de referência total	544.146	522.928

	31.12.14	31.12.13
Risco de crédito - RWAcpad	342.438	411.832
Risco operacional - RWAopad	29.798	26.657
Risco de mercado - RWAmpad/mint	314	-
(b) Ativos ponderados pelo risco - RWA	372.550	438.489
(c) Risco de mercado - Rban	658	1.344
Margem = a - (b+c)	170.938	83.095
Índice da Basileia	16,07%	13,12%

Conforme estabelecido pelo Banco Central, a partir de outubro de 2013, começou a vigorar a Basileia III, que trouxe uma série de alterações na apuração do índice da Basileia das instituições financeiras.

Os ativos diferidos, ativos intangíveis e créditos tributários de prejuízo fiscal e relacionados a CSLL passaram a fazer parte da conta de ajustes prudenciais, uma conta redutora do Capital Principal. Os ativos diferidos serão considerados em sua totalidade, enquanto os ativos intangíveis considerados para cálculo são somente os constituídos a partir de outubro de 2013, sujeitos aos percentuais de escalonamento previstos em norma. Para o ano de 2014 foi utilizado o percentual de 20% dos ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013. Os créditos tributários de prejuízo fiscal e relacionados a CSLL também foram sujeitos ao fator de escalonamento de 20% em 2014.

a) Limites de imobilização

	31.12.14	31.12.13
Patrimônio de referência	544.146	522.928
(a) Situação do imobilizado	6.938	7.003
(b) Limite para imobilização (50% do PR)	272.073	261.464
Margem (b - a)	265.135	254.461
Índice de imobilização em relação ao PR	1,27%	1,34%

17. Gerenciamento de Riscos e de Capital Regulatório

Descrevemos abaixo, de forma sucinta, as estruturas de gestão de riscos e de capital adotadas pelo Banco. Maiores informações sobre estas estruturas, bem como as informações tratadas pela Circular nº 3.678 (Gestão Riscos) e Resolução nº 3.988 (Gestão Capital) do Banco Central do Brasil, podem ser obtidas no site do Banco na internet, no endereço www.bancofidis.com.br.

18.1 Gestão de Riscos
a) Risco Operacional

O Banco, em atendimento às exigências da Resolução nº 3.380 do Conselho Monetário Nacional, implementou, após a aprovação pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, Política Institucional de Gerenciamento de Risco Operacional, com estrutura constituída sob a forma de Comitê Especial vinculado diretamente à Presidência do Banco, tendo sido cumpridas todas as etapas previstas na citada regulamentação. Os relatórios de acompanhamento estão à disposição na sede do Banco.

b) Risco de Liquidez

No Banco o risco de liquidez é gerenciado por meio de metodologias e modelos que visam administrar a capacidade de pagamento da instituição, considerando o planejamento financeiro, os limites de riscos e a otimização dos recursos disponíveis, permitindo embasar decisões estratégicas com grande agilidade e alto grau de confiança. Sua gestão é realizada em conformidade com a Resolução nº 4.090/12, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento, governança e transparência das informações do risco de liquidez. A resolução propõe ainda que a instituição estabeleça plano de contingência de liquidez contendo as responsabilidades e procedimentos para tratar as situações extremas.

Essa estrutura prevê políticas e estratégias documentadas e formalizadas, incluindo política de captação, que são revisadas anualmente, processos e procedimentos, plano de contingência e testes de estresse, permitindo ao Banco manter a exposição ao risco de liquidez nos níveis estabelecidos para sua gestão. Estabelece parâmetros mínimos de caixa a serem observados e mantidos, bem como as ferramentas necessárias para sua gestão em cenários normais ou de crise. O acompanhamento diário visa a mitigar possíveis descasamentos dos prazos, permitindo, se necessário, ações corretivas tempestivas.

O Comitê de Funding que se reúne periodicamente tem entre suas atribuições a responsabilidade de promover discussões e análises sobre a exposição ao risco de liquidez. Também acompanha os processos e procedimentos elaborados pela área de gerenciamento do risco de liquidez, garantindo a aderência às normas regulatórias estabelecidas.

c) Risco de crédito

A estrutura de Gerenciamento do Risco de Crédito implementada pelo Banco em atendimento à Resolução nº 3.721 do Conselho Monetário Nacional deve possibilitar a identificação, mensuração, controle e a mitigação dos riscos de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação do Banco.

O Comitê de Crédito e Risco é órgão responsável pela análise dos riscos de crédito associados às operações do Banco. Esse comitê se reúne sempre que necessário ou por convocação do secretário, e delibera sobre os assuntos pertinentes a Política de Gestão de Risco de Crédito e aprova medidas corretivas e de planos de ação para minimizar o Risco de Crédito.

O gerenciamento do Risco de Crédito é de responsabilidade do *Chief Risk Officer* (CRO), que executa atividades segregadas da unidade de negociação e da unidade executora da auditoria interna, assim como o diretor responsável não exerce atividades relativas à administração de recursos de terceiros ou de comercialização de operações sujeitas aos riscos de crédito.

d) Risco de mercado

O risco de mercado tem este risco, o Banco avalia periodicamente a tendência e o comportamento dos indicadores financeiros no mercado. Para fazer frente a estes riscos, o Banco avalia periodicamente a tendência e o comportamento dos indicadores financeiros e dos preços de mercado de suas exposições, avaliando a necessidade de venda ou negociação de novas operações.

O gerenciamento do risco de mercado tem por objetivo a maximização da relação entre o retorno financeiro e os riscos decorrentes da variação no valor de mercado das exposições, de forma compatível com a estratégia e o prazo destas exposições. As práticas adotadas estão aderentes aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 3.464/07 do Conselho Monetário Nacional.

Através de modelos de cálculo de value-at-risk e, principalmente, via testes de estresse e análises de cenário, os diversos cenários vislumbrados para o comportamento dos mercados são devidamente simulados, o que permite a identificação dos principais componentes do risco a serem neutralizados.

Para evitar o impacto de grandes variações de preço, o Banco utiliza o instrumento de *hedge* para proteger as operações financeiras ao qual está exposto. A estratégia de *hedge* consiste em compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes da exposição às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer instrumento financeiro.

18.2 Gestão de Capital

A Gestão de Capital é realizada pelo Banco, em conformidade com a Resolução nº 3.988 do Banco Central, e tem como objetivo manter o capital ajustado aos riscos incorridos pelo Banco, de forma compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão de sua exposição a riscos.

O gerenciamento de capital é realizado de forma integrada, envolvendo as principais áreas impactantes do Banco. A Controladoria é a principal responsável por controlar e monitorar o capital e o Comitê de Funding é o principal responsável por promover discussões acerca do gerenciamento de capital, fazendo cumprir a Política de Gestão de Capital.

A definição de metas e limites permite que o Banco realize o monitoramento e controle do capital e das exposições aos riscos, de forma a verificar se os seus resultados alcançados e a serem realizados estão em conformidade com essas metas e limites estabelecidos.

A Política de Gestão de Capital bem como o Plano de Capital devem ser aprovados e revisados, no mínimo anualmente, pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do Banco, a fim de determinar sua compatibilidade com o planejamento estratégico do Banco e com as condições de mercado.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
A DIRETORIA
CONTADOR
BRUNO CESAR MAGALHÃES CORREIA DE SÁ
 CRC - MG - 084398/O-0

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

"Os Senhores Conselheiros de Administração, após exames e discussões dos Auditores Independentes, Ernst & Young, aprovaram, por unanimidade dos presentes e sem ressalvas, o Relatório de Administração, as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013".

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores do

Banco Fidis S.A.

Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Fidis S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração das demonstrações financeiras do Banco para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

O Banco registra as suas operações de arrendamento mercantil e elabora as suas demonstrações financeiras com observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da